



**Ata**

**142ª Reunião Ordinária do  
Conselho Nacional de Previdência Social**

**# CNPS #**

30 de abril de 2008  
Brasília – DF

**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS**  
**ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
**CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – CNPS**

**DATA:** 30 de abril de 2008

**LOCAL:** Sala de Reuniões do 9º Andar do MPS

**I – PRESENCAS**

**Representação do Governo**

MPS – Helmut Schwarzer

MPS – João Donadon

MPS – Ricardo Pena Pinheiro

MP – Rodrigo Antunes de Carvalho

MF – Felipe Augusto Trevisan Ortiz

**Representação dos aposentados e pensionistas**

COBAP – Luiz Adalberto da Silva

COBAP – Josepha Theotônia de Britto

**Representação dos trabalhadores em atividade**

CONTAG – Evandro José Morello

SDS – Wagner José de Souza

**Representação dos empregadores**

CNF – Jorge Higashino

**Convidados:**

DataPrev – Ubiramar Mendonça

INSS – Antônio Carlos Marasciulo

INSS – Filomena Maria Bastos Gomes

CNM – Laíze Carvalho Palhano X. de Souza

ASCOM – Gilson Eusébio

IPEA – Fernando Silveira

**Ausências:**

MPS – Carlos Eduardo Gabas

INSS – Marco Antônio de Oliveira

INSS – Benedito Adalberto Brunca

MF – Gustavo Sampaio de Arrochela Lobo

MP – Guilherme Costa Delgado

SRP – Adélia Martins da Matta

SINTAP – Eptácio Luiz Epaminondas

SINDNAP – Luiz Antônio Adriano da Silva

CENTRAPE – Edmundo Beneditti Filho

COPAB – Benedito Marcílio Alves da Silva

FORÇA SINDICAL – Nilson Santos Bahia

SINDNAP – Luiz Antônio Adriano Silva

CUT – Maria Júlia Reis Nogueira

CGT – Carlos Alberto dos Reis

CNC – Roberto Nogueira Ferreira

CNA – Luciana Cardoso

CNT – Ariene Amaral

CNI – Marco Antônio Reis Guarita

CNM – Paulo Roberto Ziulkoski

## 1 **I – ABERTURA**

2  
3 Presidindo a Mesa, Excelentíssimo Senhor Helmut Schwarzer – Secretário de  
4 Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social abriu a 142ª  
5 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, desejando  
6 bom dia aos Conselheiros.  
7

## 8 **III – EXPEDIENTE**

9  
10 O Senhor Presidente anunciou a nomeação de alguns Conselheiros, tais como: a  
11 Conselheira Senhora Luciana Cardoso Carvalho, pela Confederação Nacional da  
12 Agricultura e Pecuária, tendo como Suplente a Senhora Ariene Amaral, que foi  
13 indicada pela Confederação Nacional do Transporte; o Conselheiro Senhor Marco  
14 Antônio Guarita, pela Confederação Nacional da Indústria; e o Senhor Jorge  
15 Higashino, que foi reconduzido ao Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS  
16 na função de Suplente pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras; e por  
17 fim, a nomeação do Conselheiro Senhor Benedito Marcílio – Presidente da Cobap. O  
18 Senhor Presidente desejou boas-vindas aos novos membros. O Senhor Presidente  
19 submeteu à votação da Ata da 140ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de  
20 Previdência Social – CNPS, realizada no dia 5 de março de 2008, que estava  
21 pendente, e ainda a Ata a 141ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de  
22 Previdência Social – CNPS, realizada no dia 26 de março de 2008, as quais foram  
23 aprovadas por unanimidade. A Senhora Josepha Theotônia questionou o fato de não  
24 ter sido enviada aos Senhores Conselheiros a degravação da 141ª Reunião Ordinária  
25 do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. O Senhor Presidente explicou  
26 que em função da instalação de um novo equipamento de som na sala de reuniões  
27 não foi possível fornecer o áudio e conseqüentemente a degravação da 141ª Reunião  
28 Ordinária, motivo que justificou também a Ata em formato menos detalhado. A  
29 Senhora Conselheira Josepha Theotônia questionou ainda que a Ata da 140ª citou as  
30 Regras do Consignado que foram mencionadas, mas que não foram colocadas em  
31 pauta ainda para discussão. Senhor Presidente justificou que não pode falar pela  
32 Presidência do INSS e que essa minuta é do Presidente do INSS, no entanto  
33 informou que está sendo consolidada uma instrução normativa que incorpore o  
34 conjunto de instruções feitas ao longo dos últimos anos. O Senhor Presidente  
35 informou os temas da Ordem do Dia, destacando um assunto que havia ficado  
36 pendente na 141ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social –  
37 CNPS: Elaboração de Novas Diretrizes em Perícias Médicas do INSS, que será  
38 apresentado pelo Senhor Antônio Carlos Marasciulo – Médico Perito do INSS. O  
39 segundo tema de pauta: Informações Sobre Projetos de Leis Referentes aos Índices  
40 de Reajuste de Benefícios e Fator Previdenciário, que será apresentado pelo Senhor  
41 Helmut Schwarzer, Presidente da Mesa. Sugeriu que devido à presença da imprensa  
42 fossem invertidos os assuntos de pauta tendo em vista que o maior interesse dos  
43 jornalistas seria pelo segundo tema.  
44

## 45 **IV – ORDEM DO DIA**

### 46 47 1 – Informações Sobre Projetos de Leis Referentes aos Índices de Reajuste de 48 Benefícios e Fator Previdenciário 49

50 O Senhor Helmut Schwarzer com auxílio da projeção de slides iniciou a apresentação  
51 informando que existem dois Projetos de Lei em tramitação na Câmara originário de  
52 votações no Senado, o PLS nº 296/2003 e a Emenda nº 1 ao PL nº 42. O Senhor  
53 Helmut Schwarzer dividiu a apresentação em duas partes: Projeto de Lei nº 296/2003  
54 e Emenda nº 1/Cas do Senado ao PLC nº 42. Iniciou citando que o PLS nº 296/2003  
55 tem duas alterações: 1) Revoga o Fator Previdenciário; e 2) Altera a regra de cálculo

56 do salário-de-benefício. Destacou que não são todas as aposentadorias que são  
57 calculadas pelo Fator Previdenciário, mas que o Fator Previdenciário atende  
58 obrigatoriamente às aposentadorias por tempo de contribuição, e se aplica às  
59 aposentadorias por idade somente se for vantajoso para o segurado. Informou que o  
60 público beneficiado por uma possível extinção do Fator Previdenciário é bastante  
61 restrito e corresponde a 6% dos benefícios concedidos e 15,7% dos benefícios  
62 emitidos. Apesar disso, sua participação nos valores de concessão e emissão é  
63 significativamente superior: 10,3% dos valores concedidos e 28,5% dos valores  
64 emitidos. O Senhor Helmut Schwarzer destacou que a aposentadoria por tempo de  
65 contribuição é o benefício que comparativamente tem o maior valor unitário médio.  
66 Apresentou um gráfico no qual mostra que o público afetado pelo Fator Previdenciário  
67 é pequeno e que tem como características: situação sólida favorável na sua trajetória  
68 profissional; logrou atingir 35/30 anos de contribuição relativamente jovem; terá um  
69 longo período de usufruto do benefício previdenciário. Geralmente, trata-se de  
70 pessoas que obtiveram um grau de escolaridade mais alto – o que lhes garante,  
71 inclusive, tendência a viver mais do que a média da expectativa de vida. Mencionou  
72 ainda que o Fator Previdenciário desde que colocado em vigor, em dezembro de 1999  
73 pela Lei nº 9.876/99 teve um impacto cumulativo na trajetória de despesas do sistema  
74 do INSS, que é somado ano a ano. Mencionou que o Fator Previdenciário foi criado  
75 porque na EC nº 20 não foi aprovado a idade mínima de 60 e 65 anos para os  
76 aposentados por tempo de contribuição no INSS. Citou, ainda, que a aposentadoria  
77 prematura significa um longo período de percepção do benefício frente a curto  
78 período do tempo de contribuição, o que do ponto de vista Previdenciário gera um  
79 desequilíbrio e o Fator Previdenciário fez a postergação da idade de aposentadoria,  
80 no entanto o maior impacto do Fator Previdenciário foi em relação ao valor do  
81 benefício. Mencionou como importante que em 2006 e 2007 o Fator Previdenciário  
82 médio foi de 76%, ou seja, houve uma redução de 24% em relação à média que seria  
83 sem o Fator Previdenciário. O Senhor Presidente ressaltou que o PLS nº 296/2003  
84 apresenta que trocar a média longa por uma média curta pode beneficiar os  
85 trabalhadores melhor educados e posicionados, que possuem rendimentos  
86 ascendentes o longo de sua trajetória profissional, e não beneficiar ou mesmo  
87 prejudicar trabalhadores de rendimentos mais baixos, pois estes, via de regra  
88 apresentam queda dos rendimentos no final de sua trajetória. Apresentou também o  
89 impacto fiscal ao longo prazo sobre a Previdência Social, mostrando a despesa do  
90 Regime Geral de Previdência Social em percentagem do PIB, onde apresentou um  
91 gasto previsto para 2008 de 7,11% do PIB no INSS com benefícios previdenciários e  
92 que em função do envelhecimento da população, essa despesa vai crescer até 2050  
93 em 4 pontos percentuais do PIB, atingindo 11,23%; caso haja o fim do Fator  
94 Previdenciário e a redução da média de cálculo para os últimos 36 meses, a trajetória  
95 provavelmente vai aumentar em mais 5 pontos percentuais, atingindo 16,35%. Na  
96 segunda parte da apresentação, o Senhor Helmut Schwarzer falou a respeito da  
97 extensão da regra do salário mínimo ao reajuste de todos os benefícios  
98 previdenciários feito pela Emenda nº 1/CAS (Comissão de Assuntos Sociais) do  
99 Senado ao PLC nº 42, e trata da política de valorização do salário mínimo no longo  
100 prazo, até 2023. Mencionou pontos relevantes, tais como: I. A política de reajuste dos  
101 benefícios da Previdência Social tem sido orientada, desde 1988, para garantir o  
102 poder de compra dos beneficiários (valor real), em conformidade com o disposto no §  
103 4º do art. 201 da Constituição Federal; II. O inciso IV do art. 7º da Constituição  
104 Federal veda, para qualquer fim, a vinculação com salário mínimo; III. O art. 58 do  
105 ADCT (Disposições Constitucionais Transitórias) previa a vinculação com o salário  
106 mínimo apenas até que lei regulamentasse a matéria (Lei nº 8.213, de 24/7/1991).  
107 Citou como argumentação para repassar o índice de reajuste do salário mínimo a  
108 noção de que os demais benefícios foram desvalorizados porque seu valor, medido  
109 em número de salários mínimos, foi reduzido em um período de tempo, o que não é  
110 economicamente justificável. Destacou que uma análise consistente dos reajustes dos

111 benefícios deve levar em conta os índices de inflação existentes e as variações nos  
112 valores dos benefícios, ou seja, deve considerar a evolução do poder de compra  
113 destes. Em seguida deu explicações sobre o INPC, índice utilizado para o reajuste  
114 dos benefícios, que possui abrangência nacional e mensura o poder de compra das  
115 famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 a 6 salários mínimos, além  
116 de captar variação dos preços de produtos de consumo e expressa adequadamente  
117 os efeitos finais da inflação sobre os trabalhadores e segurados da Previdência  
118 Social. Apresentou por meio de gráficos a comparação feita entre os índices de  
119 reajuste de benefícios previdenciários e os rendimentos de estatutários da ativa e  
120 celetistas. Complementou mencionando ser possível fazer um comparativo das  
121 remunerações dos trabalhadores da ativa com valor médio do benefício, citando que a  
122 variação do valor médio do benefício previdenciário é mais fortemente influenciada  
123 pelo reajuste do Piso Previdenciário, que, como demonstrado anteriormente, tem tido  
124 valorização real nos últimos anos. Finalizou a apresentação apresentando um gráfico  
125 que informa onde estão os aposentados na escala de distribuição de renda e conclui  
126 que a Previdência Social tem cumprido a função de resgatar as pessoas de baixo da  
127 linha da pobreza e tem evitado que a maioria dos aposentados esteja entre os  
128 extratos mais pobres da população. O Senhor Presidente após terminar a explanação  
129 ausentou-se para atender aos jornalistas presentes na sala de reuniões e passou a  
130 coordenação dos trabalhos para o Senhor João Donadon – Diretor do Departamento  
131 de Regime Geral da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da  
132 Previdência Social. O Senhor João Donadon assumiu a coordenação dos trabalhos  
133 dando bom dia a todos e em seguida abriu a palavra para eventuais intervenções dos  
134 Senhores Conselheiros presentes na 142ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional  
135 de Previdência Social – CNPS. O Senhor Conselheiro Wagner José de Souza pediu  
136 a palavra e discordou da apresentação do Senhor Helmut Schwarzer alegando que a  
137 situação apresentada em relação às condições de educação e saúde dos  
138 aposentados é boa, sendo que essa informação não é real. Além disso, discordou  
139 com a questão do PIB para pagar as aposentadorias e a maneira como foi colocado o  
140 Fator Previdenciário. Em seguida, o Senhor Conselheiro Jorge Higashino elogiou a  
141 parte técnica da apresentação, mas mencionou dúvida em relação à economia  
142 propiciada pelo Fator Previdenciário, questionando que se o resultado é cumulativo  
143 ano a ano não pode ser somado e discordou da forma como esse assunto foi exposto,  
144 mencionando que o termo cumulativo não é o mais adequado para explicar o gráfico  
145 apresentado. O Senhor João Donadon esclareceu que a despesa é anual e que o  
146 resultado é cumulativo no sentido que vai incorporando a cada ano o número de  
147 beneficiários. O Senhor Conselheiro Evandro José Morello explicou que o Fator  
148 Previdenciário sempre foi ponto de polêmica de discussão e que ele não está  
149 cumprindo a sua função de tentar prorrogar por mais tempo a pessoa no exercício do  
150 trabalho. A Senhora Conselheira Josepha Theotônia pediu a palavra e protestou o  
151 fato de o Senhor Helmut Schwarzer ter se ausentado logo após a apresentação sem  
152 ter ouvido as intervenções e os possíveis questionamentos dos Senhores  
153 Conselheiros. E acrescentou ainda que na apresentação ficou provado que o Fator  
154 Previdenciário não levantou diferença de idade, mas que está abordando diferença no  
155 valor, o que faz valer que o objetivo de leis e critérios é sempre diminuir despesas,  
156 nunca melhorar a situação do aposentado. Opinou, também, que o salário mínimo é  
157 irreal, pois continua muito baixo. O Senhor João Donadon retomou a palavra  
158 lembrando que toda a discussão foi gerada em razão dos dois projetos, o PLS nº  
159 296/2003 e a EC nº 1/CAS ao PLC nº 42, que estão tramitando no Congresso já com  
160 aprovação no Senado Federal e agora em discussão na Câmara dos Deputados e  
161 que Ministério da Previdência por sua Secretaria de Políticas de Previdência Social  
162 resolveu avaliar qual o impacto dessa medida no médio e longo prazo na Previdência  
163 Social, tendo em vista que a principal função do Governo como um todo é manter a  
164 Previdência Pública para a população brasileira, incluindo os aposentados e os que  
165 virão usufruir desses benefícios no futuro. Esclareceu que o Fator Previdenciário não

166 obteve resultado expressivo por opção dos trabalhadores, mas que , ainda, assim,  
167 para a Previdência Social constituiu um fator importante na medida em que evitou o  
168 crescimento exagerado das despesas. Explicou também que a apresentação foi muito  
169 técnica porque não havia outra forma, se não por gráficos, de demonstrar o impacto  
170 da medida na Previdência. Esclarecendo aos questionamentos do Senhor  
171 Conselheiro Wagner José de Souza, o Senhor João Donadon respondeu que  
172 realmente seria o ideal que todos os aposentados recebessem 100% do que almejam  
173 de benefício, mas que se fosse aplicado o Regime de Capitalização a maioria dos  
174 aposentados teria o benefício reduzido e não ampliado. Tendo em vista que o Senhor  
175 Helmut Schwarzer retornou à sala de reunião, Senhor João Donadon citou a  
176 insatisfação da Senhora Conselheira Josepha Theotônia em relação à retirada do  
177 Senhor Presidente logo após a apresentação. O Senhor Presidente agradeceu ao  
178 Senhor João Donadon por ter conduzido os trabalhos da 142ª Reunião Ordinária do  
179 Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS em sua ausência e se desculpou  
180 por ter saído após a explanação. Na seqüência, convidou o Senhor Antônio Carlos  
181 Marasciulo – Médico Perito do INSS e a Senhora Filomena Maria Bastos Gomes –  
182 Coordenadora Geral de Benefícios por Incapacidade do INSS a sentarem-se à Mesa,  
183 no entanto somente o Senhor José Antônio Carlo Marasciulo aceitou o convite.  
184 Agradeceu a presença do Senhor Antônio Carlos Marasciulo pela segunda vez, tendo  
185 em vista que a apresentação do tema estava prevista para a 141ª Reunião Ordinária  
186 do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, realizada em 26 do março de  
187 2008 e que por motivo de atraso foi adiada para a 142ª Reunião Ordinária e concedeu  
188 a palavra para que desse início à apresentação.

189

## 190 2 – Elaboração de Novas Diretrizes em Perícias Médicas do INSS

191

192 O Senhor Antônio Carlos Marasciulo agradeceu a oportunidade de fazer a  
193 apresentação e mencionou o esforço feito pela Diretoria de Benefícios e pela  
194 Secretaria de Políticas de Previdência Social em enfrentar a questão do benefício por  
195 incapacidade. Iniciou dando uma visão geral do que está sendo feito dentro do Projeto  
196 de Elaboração de Diretrizes Médico-Periciais, colocando ordenadamente da seguinte  
197 forma: antecedentes; justificativas; objetivo geral; princípios norteadores; metodologia;  
198 etapas realizadas até abril/2008; atividades em desenvolvimento; e projeção de  
199 atividades para 2008. Informou que após vários estudos conclui-se que havia a  
200 necessidade de treinamento dos médicos sobre a reabilitação de doenças,  
201 metodologias de decisão e de como lidar com “agressões de clientes”; além de  
202 estabelecer protocolos clínicos para as morbidades de concessão mais elevada.  
203 Informou que foram traçadas algumas justificativas para o desenvolvimento do  
204 projeto, tais como: I. O volume dos benefícios concedidos pelo INSS sob rubrica de  
205 “auxílio-doença” e os custos adjacentes; II. O tempo médio em benefício  
206 excessivamente prolongado, elevando ainda mais os custos, bem como as  
207 conseqüências sociais inerentes ao tempo de afastamento do trabalho; III.  
208 Necessidade de conferir objetividade aos critérios de definição do grau de  
209 incapacidade da população segurada, com vistas à diminuição de agressões, litígios,  
210 fraudes, bem como à alocação mais justa dos benefícios e melhor uso dos recursos  
211 econômicos e sociais; IV. Material adequado para a capacitação e educação  
212 continuada do quadro de médicos peritos do INSS; e V. Tendência Internacional de  
213 utilização de diretrizes para suporte à duração dos benefícios por incapacidade  
214 baseada em evidências e sua utilização em tribunais de contenciosos. Apontou como  
215 objetivo geral do Projeto de Diretrizes Médico-Periciais a elaboração de textos e  
216 roteiros com conteúdo atualizado e revisado das ciências médicas, em consonância  
217 com a legislação previdenciária vigente, voltado ao apoio à decisão médico-pericial na  
218 avaliação de incapacidade laborativa dos segurados requerentes de benefícios por  
219 incapacidade previdenciária ou acidentária. Citou, ainda, que os princípios  
220 norteadores do projeto são divididos em formais: Justiça; Necessidade; Equidade;

221 Seguro; e Seguridade. E técnicos: “Estado da arte” da medicina; Evidências  
222 científicas; Semiologia/propedêutica; Capacitação clínica; Incapacidade para o  
223 trabalho; Retorno precoce ao trabalho; e Conjunto de legislação vigente. Na ordem  
224 citada, o Senhor Antônio Carlos Marasciulo mencionou a metodologia usada no  
225 Projeto de Elaboração de Diretrizes Médico-Periciais, tais como: a. Constituição de  
226 grupos de trabalho; b. Reuniões presenciais; c. Desenvolvimento de conteúdo; d.  
227 Publicação interna (consulta interna); e. Revisa após consulta; f. Publicação eletrônica  
228 (consulta externa); Revisão após consulta; h. Implantação experimental; e i. Revisão  
229 final, pareceres finais, arte final e publicação. Para finalizar, apresentou as atividades  
230 em desenvolvimento até abril de 2008: revisão e arte final das diretrizes de  
231 transtornos mentas e ortopedia; a implantação piloto nas APS’s e BI’s em Porto  
232 Alegre, São Paulo, São Gonçalo, Salvo e Brasília; Consulta pública da diretriz de  
233 ortopedia; Consulta pública da diretriz de “causa externas”, informando que os três  
234 últimos itens mencionados estão em andamento; e Desenvolvimento da diretriz de  
235 “clínica médica”, e ressaltou também a projeção de atividades para 2008. O Senhor  
236 Presidente agradeceu a apresentação do Senhor Antônio Carlos Marasciulo e abre a  
237 palavra aos senhores conselheiros. O Senhor Evandro José Morello pediu a palavra  
238 para parabenizar a exposição e complementar que a questão das perícias médicas é  
239 um dos temas mais polêmicos na Previdência Social. Além disso, questionou se é  
240 possível fazer uma distinção da área rural e citar quais são os maiores pedidos de  
241 benefício de auxílio-doença na área rural. O Senhor Conselheiro Jorge Higashino  
242 comentou ser de grande importância a iniciativa do Projeto de Elaboração de  
243 Diretrizes Médico-Periciais e destacou a divergência entre os médicos das empresas  
244 e os médicos peritos do INSS. O Senhor Conselheiro Wagner José de Souza  
245 complementou que muitas vezes após a licença por problemas de saúde o  
246 empregado vai retornar às atividades e a empresa não o aceita por ter feito  
247 reformulações internas e surge um grande problema devido ao fato de o funcionário  
248 não ter mais qualificação por causa da ausência. A Senhora Conselheira Josepha  
249 Theotônia parabenizou a apresentação e solicitou que fosse enviado aos membros o  
250 conteúdo dos slides por e-mail. O Senhor Conselheiro Luiz Adalberto da Silva pediu a  
251 palavra para também parabenizar a apresentação do Senhor Antônio Carlos  
252 Marasciulo. O Senhor Antônio Carlos Marasciulo retomou a palavra e esclareceu que  
253 não existe a divisão de benefícios rurais por benefício por incapacidade. Explanou  
254 ainda que o que é importante dentro da diretriz e o que está normatizando a  
255 discussão da elaboração do documento é sempre observar o tipo de incapacidade  
256 que o segurado está desenvolvendo. Defendeu o retorno precoce ao trabalho, pois  
257 citou que estudos mostram que uma pessoa afastada do trabalho por seis meses tem  
258 uma pequena probabilidade de retornar. O Senhor Presidente parabenizou a área de  
259 perícia médica do INSS e agradeceu à Senhora Filomena Maria Bastos Gomes e ao  
260 Senhor Antônio Carlos Marasciulo.

261  
262  
263

## **V – OUTROS ASSUNTOS**

264 O Senhor Presidente lembrou a discussão ocorrida na 141ª Reunião Ordinária do  
265 Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, realizada em 26 de março de  
266 2008, sobre a Agenda Hemisférica sobre o Trabalho Decente e os compromissos que  
267 o Brasil tem de expansão de cobertura e sugeriu que fosse feito ao longo das  
268 próximas reuniões a apresentação pelas bancadas das suas idéias e medidas.  
269 Propôs que sejam apresentações de uma hora de duração, com mais um período de  
270 trinta minutos de debate. A sugestão foi aceita por unanimidade. A ordem das  
271 apresentações previamente estabelecidas foi: Contag; Força Sindical, CUT e o GT;  
272 empresários; e por fim, aposentados. O Senhor Conselheiro Evandro sugeriu que  
273 tivesse um debate para questões de inclusão e expansão de cobertura para  
274 trabalhadores na área rural e outro para trabalhadores na área urbana. A proposta foi  
275 aceita. O Senhor Presidente, a pedido do Conselho de Desenvolvimento Social,

276 indicou os Senhores Conselheiros Josepha Theotônia, Jorge Higashino e Luiz  
277 Adalberto, e a Senhora Sônia de Sena e Silvia para representarem o Conselho  
278 Nacional de Previdência Social – CNPS no 2º Encontro de Conselhos Nacionais, que  
279 será realizado nos dias 5 e 6 de maio de 2008. A Senhora Conselheira Josepha  
280 Theotônia pediu que fosse agendada uma discussão sobre Crédito Consignado. O  
281 Senhor Presidente atendeu à solicitação da Conselheira.

282

## 283 **VI – ENCERRAMENTO**

284 Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos,  
285 desejando-lhes um bom retorno às suas casas, e declarou encerrada a 142ª Reunião  
286 Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. Para constar, eu,  
287 Helmut Schwarzer – Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da  
288 Previdência Social lavrei a presente Ata. Brasília, 30 de abril de 2008.